

CONGLOMERADO FINANCEIRO CITIBANK BRASIL



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2014

www.citi.com.br

Relatório da administração

Senhores Acionistas:
As Diretorias das empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentam aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
A T I V O			
Circulante		45.712.150	40.126.641
Disponibilidades	4	808.596	702.172
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	11.661.567	8.857.031
Aplicações em operações compromissadas		9.611.999	4.059.413
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.267.687	1.529.026
Aplicações em moedas estrangeiras		781.881	3.268.592
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	10.626.034	9.319.345
Carteira própria		7.920.921	4.751.465
Vinculados a operações compromissadas		1.079.702	2.060.947
Instrumentos financeiros derivativos		1.327.410	1.524.928
Vinculados à prestação de garantias		788.001	982.005
Relações interfinanceiras		2.854.226	2.600.455
Créditos vinculados:			
Depósitos no banco central		2.845.852	2.577.390
Correspondentes no país		8.374	23.065
Operações de crédito	8	6.663.720	6.914.709
Operações de crédito - Setor privado		7.192.697	7.422.024
Operações de crédito vinculadas à cessão		740	10.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(529.717)	(517.570)
Operações de arrendamento mercantil		200.046	148.166
Operações de arrendamento a receber - Setor privado		202.993	149.918
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(2.947)	(1.752)
Outros créditos		12.882.972	11.567.307
Créditos por avais e fianças honrados		163.969	1.401
Carteira de câmbio	9	8.018.061	6.685.386
Rendas a receber		84.146	43.018
Negociação e intermediação de valores	10	503.537	315.086
Créditos tributários	11	210.961	325.006
Diversos	12	4.236.574	4.341.929
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(334.276)	(144.519)
Outros valores e bens		14.989	17.456
Outros valores e bens		14.989	17.456
Despesas antecipadas	13	13.368	16.907
Não circulante		15.129.490	14.150.928
Realizável a longo prazo		14.303.973	13.457.169
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	24.975	56.608
Aplicações em depósitos interfinanceiros		24.975	56.608
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	7.959.272	8.472.480
Carteira própria		1.240.811	1.561.814
Vinculados a operações compromissadas		247.058	2.647.773
Instrumentos financeiros derivativos		1.545.554	1.248.035
Vinculados à prestação de garantias		4.925.849	3.014.858
Operações de crédito	8	3.922.835	3.090.383
Operações de crédito - Setor privado		4.265.488	3.310.948
Operações de crédito vinculadas à cessão		7.260	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(349.913)	(220.565)
Operações de arrendamento mercantil	8	55	47
Operações de arrendamento a receber - Setor privado		155	512
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(100)	(465)
Outros créditos		2.396.836	1.837.651
Carteira de câmbio	9	153.131	321.557
Créditos tributários	11	1.372.222	708.437
Diversos	12	871.483	807.657
Permanente		825.517	693.759
Investimentos	14	238.574	156.027
Participações em coligadas e controladas		227.557	145.933
Outros investimentos		11.017	10.094
Imobilizado de uso	15	248.852	255.719
Imóveis de uso		66.197	66.197
Imobilizações em curso		52.724	76.766
Sistemas de processamento de dados		156.248	142.453
Outras imobilizações de uso		343.824	316.535
Depreciações acumuladas		(370.141)	(346.232)
Diferido	16	15.382	34.288
Gastos de organização e expansão		313.283	349.972
Amortizações acumuladas		(297.901)	(315.684)
Intangível	17	322.709	247.725
Ativos intangíveis		489.707	367.323
Amortizações acumuladas		(166.998)	(119.598)
Total do ativo		60.841.640	54.277.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2014	2013
P A S S I V O			
Circulante		42.330.452	36.050.404
Depósitos	18	9.992.792	9.531.703
Depósitos à vista		5.687.792	6.136.903
Depósitos de poupança		1.292.277	1.282.521
Depósitos interfinanceiros		39.134	92.813
Depósitos a prazo		2.973.621	2.019.466
Obrigações por operações compromissadas	19	4.289.037	4.367.728
Carteira própria		876.472	4.167.678
Carteira de terceiros		3.212.266	200.050
Carteira de livre movimentação		200.299	-
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	1.532.570	1.166.927	1.166.927
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.441.268	1.166.927
Certificados de operações estruturadas		91.302	-
Relações interfinanceiras		-	103
Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	103
Relações interdependências	1.102.702	897.497	897.497
Recursos em trânsito de terceiros		1.102.702	897.497
Obrigações por empréstimos	20.a	4.538.547	1.948.319
Empréstimos no exterior		4.538.547	1.948.319
Obrigações por repasses do país	20.b	86.879	51.165
Instituições oficiais			
BNDES		81.152	43.274
FINAME		5.727	7.891
Obrigações por repasses do exterior	20.b	1.899.975	1.304.822
Repasses do exterior		1.899.975	1.304.822
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.160.362	1.966.056
Instrumentos financeiros derivativos		2.160.362	1.966.056
Outras obrigações	16.727.588	14.816.084	14.816.084
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		149.937	218.477
Carteira de câmbio	9	7.385.233	5.256.888
Sociais e estatutárias		284.622	68.429
Fiscais e previdenciárias	21	489.673	365.703
Negociação e intermediação de valores	10	3.720.515	3.195.274
Diversas	22	4.697.608	5.711.313
Não circulante		11.804.452	11.375.824
Depósitos	18	4.286.052	5.339.781
Depósitos interfinanceiros		-	7.968
Depósitos a prazo		4.286.052	5.331.813
Obrigações por operações compromissadas	19	2.455.534	2.262.558
Carteira própria		441.572	1.716.319
Carteira livre movimentação		2.013.962	445
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	440.711	-	-
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		445	-
Certificado de operações estruturadas		266	-
Obrigações por empréstimos	20.a	-	116.113
Empréstimos no exterior		-	116.113
Obrigações por repasses do país	20.b	193.271	166.372
Instituições oficiais			
BNDES		156.073	106.520
FINAME		37.198	59.852
Obrigações por repasses do exterior	20.b	932.072	1.083.898
Repasses do exterior		932.072	1.083.898
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.040.991	1.555.833
Instrumentos financeiros derivativos		2.040.991	1.555.833
Outras obrigações	1.422.034	811.174	811.174
Operações de câmbio	9	150.614	311.769
Fiscais e previdenciárias	21	95.303	101.460
Diversas	22	1.176.117	397.945
Resultados de exercícios futuros		33.787	40.095
Resultados de exercícios futuros		33.787	40.095
Patrimônio líquido	25	6.706.736	6.851.341
Capital social - De domiciliados no exterior		3.905.701	3.905.701
Reserva de capital		249	249
Reserva de lucros		2.894.042	3.236.112
Ajustes de avaliação patrimonial (Prejuízos) acumulados		(93.256)	(278.555)
Total do passivo		60.841.640	54.277.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2014	2013	Exercícios 2013
Receitas da intermediação financeira		2.858.943	4.868.605	7.210.299
Operações de crédito	8.g	1.183.758	2.125.144	3.934.770
Operações de arrendamento mercantil		56.903	108.724	97.672
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		981.282	1.806.187	1.836.666
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	197.686	381.064	122.068
Resultado de operações de câmbio		413.700	394.118	1.145.577
Resultado de aplicações compulsórias de ativos financeiros		25.176	52.455	58.139
Despesas da intermediação financeira		(2.278.147)	(3.553.369)	(3.710.496)
Operações de captação no mercado		(932.166)	(1.741.011)	(1.402.049)
Operações de empréstimos e repasses		(748.450)	(820.756)	(995.152)
Operações de arrendamento mercantil		(44.400)	(86.016)	(79.446)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(8.056)	(10.973)	(223.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	(545.075)	(894.613)	(1.010.596)
Resultado bruto da intermediação financeira		580.796	1.315.236	3.499.803
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.108.221)	(1.639.624)	(2.362.922)
Receitas de prestação de serviços	26	457.539	882.033	1.303.203
Receitas de tarifas bancárias	26	31.279	259.484	488.362
Despesas de pessoal		(744.896)	(1.354.491)	(1.430.949)
Outras despesas administrativas	27	(638.472)	(1.167.784)	(1.812.878)
Despesas tributárias		(155.987)	(288.586)	(437.386)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	12.714	31.718	29.773
Outras receitas operacionais	28	339.629	758.671	874.942
Outras despesas operacionais	28	(510.027)	(760.659)	(1.377.989)
Resultado operacional		(527.425)	(324.388)	1.136.881
Resultado não operacional	33.f	(3.239)	(10.221)	(2.247)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(530.664)	(334.609)	1.134.634
Provisão para imposto de renda e contribuição social	29	564.473	505.478	(319.874)
Provisão para imposto de renda		(21.959)	(99.218)	(170.989)
Provisão para contribuição social		(12.849)	(57.255)	(134.085)
Ativo fiscal diferido		599.281	661.951	27.959
Participações no lucro - Empregados		(16.540)	(46.189)	(100.937)
Lucro líquido		17.269	124.680	713.823
Lucro líquido excluindo Banco Citicard S.A.		17.269	124.680	414.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2014	2013	Exercícios 2013
Atividades operacionais				
Lucro líquido		17.269	124.680	713.823
Ajustes ao lucro líquido		(13.456)	303.993	1.055.701
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	545.075	894.613	1.010.596
Amortização do ágio na aquisição de investimento		-	-	15.616
Resultado de participações em coligadas e controladas	(12,714)	(31.718)	(29.773)	-
Amortização e depreciação	27	53.464	103.049	109.352
Lucro na alienação de investimentos		(599.281)	(661.951)	(22.131)
Variações em ativos e passivos		1.884.455	(1.067.748)	987.343
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(3.165.014)	(978.781)	(3.114.339)	-
Redução/(aumento) em relações interfinanceiras /interdependências		586.699	(253.771)	356.905
(Aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil		(178.160)	(1.473.640)	(1.309.865)
Redução/(aumento) em outros créditos		701.657	(1.212.897)	2.526.020
Redução em outros valores e bens				

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

I) Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

m) Permanente

i. Investimentos

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento.

Os outros investimentos são compostos, basicamente, por:

- Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, mantidas a custo original; e
- Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

Conforme descrito na nota 2, o imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação descrita na nota 3i.

iii. Diferido

Conforme Resolução nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, do Conselho Monetário Nacional - CMN, os valores capitalizados até 30 de setembro de 2008, devem permanecer neste subgrupo até sua completa amortização e novos valores não podem mais ser adicionados.

O ativo diferido é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%;
- Benfeitorias em imóveis de terceiros registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados com base no prazo do contrato de locação do imóvel; e
- Os saldos líquidos, das suas respectivas amortizações e depreciações, são submetidos às revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 3n.

iv. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.

n) Redução do valor recuperável de ativos (*impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

o) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devendor, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre obrigações por repasses no exterior, são reclassificados para a rubrica "Outras receitas operacionais".

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Zanots), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

q) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o Conglomerado adotou o Regime Transitório Tributário - RTI, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais. Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que converteu a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, revogando o Regime Tributário de Transição - RTI, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 04 de dezembro de 2014, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes nas Demonstrações Financeiras.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Conglomerado deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temerárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

r) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiladas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição. As variações posteriores no valor justo de todos os prêmios não exercidos são revisadas anualmente, e quaisquer alterações de valor são reconhecidas no resultado do período.

- *Stock Option*, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção.

O *Stock Option* é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

s) Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2014		2013 (1)	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Disponibilidades em moeda nacional	133.204	-	82.891	-
Disponibilidades em moedas estrangeiras	675.392	-	618.627	-
Aplicações temporárias em ouro	-	-	654	-
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	3.593.495	-	2.096.210	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	173.018	-	190.652	-
Aplicações em moedas estrangeiras	781.881	-	3.268.592	-
Total	5.356.990	6.257.626		

(1) Os valores referentes ao ano de 2013 foram alterados devido à mudança de conceito na classificação dos equivalentes de caixa de prazo remanescente da operação para prazo total da operação menores que 90 dias.

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2014		2013	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em operações compromissadas	9.611.999	-	9.611.999	4.059.413
Posição bancada	3.593.495	-	3.593.495	2.096.210
Letras do Tesouro Nacional - LTN	476.431	-	476.431	1.188.169
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.117.064	-	3.117.064	908.041
Posição financiada	3.782.650	-	3.782.650	200.050
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.782.650	-	3.782.650	200.050
Posição vendida	2.235.854	-	2.235.854	1.763.153
Letras do Tesouro Nacional - LTN	885.352	-	885.352	210.062
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.350.502	-	1.350.502	1.553.091
Aplicações em depósitos interfinanceiros	476.030	791.657	24.975	1.292.662
Certificados de depósitos interfinanceiros	476.030	791.657	24.975	1.585.634
Outras aplicações	781.881	-	781.881	3.268.592
Aplicações em moedas estrangeiras	781.881	-	781.881	3.268.592
Total	10.869.910	791.657	24.975	11.686.542

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2014		2013	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	6.056.227	6.007.441	4.308.095	4.298.000
Carteira própria	4.130.140	4.123.873	1.939.337	1.957.301
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.052	1.053	5.417	5.418
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.810.462	1.799.167	2.215.576	2.200.636
Debêntures	-	-	18.396	17.092
Ações de companhias abertas	59.961	30.333	87.692	76.401
Ações recebidas por empréstimos	30.573	29.103	39.037	38.508
Certificado de recebíveis imobiliários	20.124	20.124	-	-
Cotas de fundos de índice de mercado	3.915	3.788	2.640	2.644
Vinculado a compromissos de recompra	1.044.362	1.032.967	1.715.418	1.705.985
Letras do Tesouro Nacional - LTN	953.318	941.923	1.530.371	1.520.298
Notas do Tesouro Nacional - NTN	91.044	91.044	185.047	185.687
Vinculado à prestação de garantias	778.400	777.801	750.751	751.161
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	288.425	288.357	259.558	260.266
Letras do Tesouro Nacional - LTN	489.975	489.444	491.193	490.895
Total	7.878.989	7.818.209	6.774.264	6.755.146

	Sem vencimento		Até 3 meses		De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		Acima de 5 anos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Títulos para negociação	63.224	1.819.944	811.650	1.598.739	925.029	788.855	-	-	-	-	-	-
Abertura por vencimento	1.719.562	802.443	1.055.115	546.753	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira própria	63.224	1.819.944	811.650	1.598.739	925.029	788.855	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.719.562	-	1.055.115	-	546.753	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.053	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	99.329	-	9.207	-	543.624	-	378.276	-	768.731	-	-
Ações de companhias abertas	30.333	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	29.103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.124	-	-
Cotas de fundos de índice de mercado	3.788	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	-	331.111	242.837	419.409	39.610	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	331.111	-	191.403	-	419.409	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	51.434	-	-	-	39.610	-	-
Vinculado à prestação de garantias	-	-	492.712	285.089	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	3.268	-	285.089	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	489.444	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	63.224	1.819.944	1.635.473	1.841.576	1.629.527	828.465	-	-	-	-	-	-

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2014		2013	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	2.672.324	2.664.291	2.080.602	2.015.279
Carteira própria	4.315	4.315	1.798	1.798
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.743.201	1.732.779	1.533.396	1.480.357
Letras do Tesouro Nacional - LTN	103.285	102.783	62.026	53.873
Notas do Tesouro Nacional - NTN	646.556	650.118	26.095	26.033
Debêntures	-	-	-	70.114
<i>Commercial paper</i>	40.763	40.092	263.902	259.956
Letras financeiras	134.204	134.204	123.148	123.148
Cotas de fundos de investimentos	329.275	293.793	3.152.348	3.002.735
Letras do Tesouro Nacional - LTN	263.250	251.500	3.053.692	2.923.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN	66.025	42.293	98.656	79.405
Vinculados à prestação de garantias	5.035.278	4.936.049	3.405.005	3.245.702
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6			

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, foram requeridas margens e o valor depositado foi de R\$4.006.225 (2013 - R\$2.703.044), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos. Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre		Exercícios
	2014	2014	
Contratos			
Futuros	2.196.355	949.938	329.277
Opções	(179.905)	(121.783)	(32.409)
Swap	(1.539.751)	(615.448)	(187.072)
NDF	(284.334)	169.378	6.318
Termo de moedas e títulos	(679)	(1.021)	5.954
Total	197.686	381.064	122.068

8 | Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	2014		2013
	2014	2014	
Operações de crédito	11.466.185	10.743.227	10.743.227
Empréstimos e títulos descontados	5.349.211	6.042.282	5.349.211
Financiamentos	3.993.008	3.261.833	3.993.008
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.207.548	839.988	1.207.548
Financiamentos imobiliários	857.678	519.723	857.678
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	50.740	69.146	50.740
Operações de crédito vinculadas a cessão (1)	8.000	10.255	8.000
Operações de arrendamento mercantil	203.148	150.430	203.148
Outros créditos	5.156.981	4.688.424	5.156.981
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	1.346.713	1.385.889	1.346.713
Títulos e créditos a receber (2) (nota 12)	3.507.662	3.285.772	3.507.662
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	19.123	15.362	19.123
Créditos por avais e fianças honoradas	163.969	1.401	163.969
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	119.514	-	119.514
Total de operações de crédito	16.826.314	15.582.081	16.826.314
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3)	(1.206.239)	(879.190)	(1.206.239)
Total de operações de crédito	15.620.075	14.702.891	15.620.075

(1) Refere-se à cessão de operações de crédito imobiliária realizada em 1º de março de 2012 junto à Brazilian Securities Companhia de Securitização S.A., no montante de R\$19.020. Tal operação foi realizada a valor presente dos contratos e com 100% de cobertura por parte do Banco. O saldo da cobertura assumida com a contraparte em 31 de dezembro de 2014 é de R\$8.177 (2013 - R\$10.501).

(2) Refere-se, basicamente, às operações com cartão de crédito a vencer, e que serão reclassificadas para a rubrica contábil "Operações de crédito" em caso de atraso e/ou pagamento inferior ao valor total em aberto.

(3) O saldo da provisão para outros créditos, no balanço patrimonial, contempla também a provisão para títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito no valor de R\$10.714 (2013 - R\$5.681).

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	2014							Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços	Total	
AA	705.065	3.558.237	268.604	34.691	130.574	386.184	5.083.355	-
A	866.817	2.476.464	40.101	2.809.671	42.629	393.195	6.528.877	(33.144)
B	257.684	202.934	676	1.147.779	10.139	667.214	2.286.426	(22.864)
C	82.004	310.321	658	129.153	5.859	161.024	689.019	(20.671)
D	51.127	182.251	41.660	640.080	1.511	15.746	932.375	(93.237)
E	7.304	7.033	80	99.353	-	6.687	120.467	(36.140)
F	5.916	2.722	9	72.784	-	7.291	88.752	(44.376)
G	15.485	6.965	54	78.672	-	36.278	137.454	(96.218)
H	70.090	147.407	246.633	365.216	-	30.243	859.589	(859.589)
Total	2.061.492	6.894.334	598.475	5.377.409	190.712	1.703.892	16.826.314	(1.206.239)

Nível de risco	2013							Provisão
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços	Total	
AA	597.034	4.098.550	128.500	93.785	11.447	209.110	5.138.426	-
A	848.304	1.828.699	64.641	2.552.204	12.359	375.164	5.681.371	(28.407)
B	349.022	274.890	668	1.179.888	8.152	238.114	2.050.824	(20.508)
C	209.862	471.257	20.952	164.672	44.807	115.998	1.027.548	(30.826)
D	31.454	94.564	658	630.877	1.891	37.492	796.396	(79.694)
E	3.516	7.926	250	115.092	7	1.394	128.185	(38.455)
F	141	3.070	2	87.243	1	572	91.029	(45.515)
G	2.149	14.033	-	84.624	-	5.784	106.590	(74.613)
H	63.352	76.545	289	401.948	1	19.037	561.172	(561.172)
Total	2.104.834	6.869.624	215.960	5.310.333	78.665	1.002.665	15.582.081	(879.190)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	2014				2013			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	5.083.355	-	5.083.355	30,21	-	-	-	-
A	6.628.877	-	6.628.877	39,40	0,50%	(33.144)	-	(33.144)
B	2.280.736	5.690	2.286.426	13,59	1,00%	(22.807)	(57)	(22.864)
C	682.538	6.481	689.019	4,09	3,00%	(20.476)	(195)	(20.671)
D	909.263	23.112	932.375	5,54	10,00%	(90.326)	(2.311)	(93.237)
E	98.678	21.789	120.467	0,72	30,00%	(29.603)	(6.537)	(36.140)
F	49.333	39.419	88.752	0,53	50,00%	(24.667)	(19.709)	(44.376)
G	85.222	52.232	137.454	0,82	70,00%	(59.656)	(36.562)	(96.218)
H	376.735	482.854	859.589	5,10	100,00%	(376.735)	(482.854)	(859.589)
Total	16.194.373	631.577	16.826.314	100,00	(658.014)	(548.225)	(1.206.239)	(1.206.239)

Nível de risco	2014				2013			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	5.138.426	-	5.138.426	32,98	-	-	-	-
A	5.681.371	-	5.681.371	36,46	0,50%	(28.407)	-	(28.407)
B	1.997.055	53.769	2.050.824	13,16	1,00%	(19.571)	(537)	(20.508)
C	976.781	50.767	1.027.548	6,59	3,00%	(29.303)	(1.523)	(30.826)
D	695.921	101.015	796.936	5,11	10,00%	(69.592)	(10.102)	(79.694)
E	67.040	61.145	128.185	0,82	30,00%	(20.112)	(18.343)	(38.455)
F	25.306	65.723	91.029	0,58	50,00%	(12.653)	(32.862)	(45.515)
G	31.341	75.249	106.590	0,68	70,00%	(21.938)	(52.675)	(74.613)
H	166.582	394.590	561.172	3,60	100,00%	(166.582)	(394.590)	(561.172)
Total	14.779.823	802.258	15.582.081	100,00	(368.558)	(510.832)	(879.190)	(879.190)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2014	2013
Vencidas há mais de 14 dias	631.577	802.261
A vencer até 90 dias	6.848.831	6.738.667
De 91 a 360 dias	5.606.923	5.124.111
Acima de 360 dias	3.738.983	2.917.042
Total	16.826.314	15.582.081

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2014	2013
10 maiores devedores	2.857.349	16,98
20 seguintes maiores devedores	2.013.811	11,97
50 seguintes maiores devedores	1.974.684	11,74
100 seguintes maiores devedores	1.633.473	9,71
Demais clientes	8.346.998	49,60
Total	16.826.314	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre		Exercícios
	2014	2014	
Crédito com características de concessão de crédito			
Saldo inicial	(944.480)	(879.190)	(2.116.134)
Constituições líquidas de reversões	(544.474)	(889.580)	(1.028.540)
Aquisição de carteira	-	-	(179.420)
Baixa pela alienação do Banco Citicard S.A.	-	-	1.099.389
Créditos baixados para prejuízo	282.715	562.531	1.345.515
Saldo final	(1.206.239)	(1.206.239)	(879.190)
Crédito sem características de concessão de crédito			
Saldo inicial	(10.113)	(5.681)	(148.928)
Constituições líquidas de reversões	(601)	(5.033)	17.944
Baixa pela alienação do Banco Citicard S.A.	-	-	125.303
Saldo final	(10.714)	(10.714)	(5.681)
Saldo total	(1.216.953)	(1.216.953)	(884.871)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	67.722	97.526	272.827
Renegociação de créditos	22.201	46.444	186.182

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre		Exercícios
	2014	2014	
Empréstimos	667.691	1.361.500	3.104.106
Títulos descontados	30.782	99.533	109.020
Financiamentos	102.063	150.021	142.068
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	67.722	97.526	272.827
Rendas de financiamentos à exportação	232.579	266.839	181.297
Rendas de financiamentos rurais	35.811	63.272	50.713
Rendas de financiamentos habitacionais	37.283	64.878	45.096
Rendas de adiantamentos a depositantes	6.099	12.670	10.707
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	1.783	5.724	18.309
Rendas de financiamentos em moedas estrangeiras	-	7	311
Outros	1.945	3.174	316
Total	1.183.758	2.125.144	3.934.770

h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	2014		2013	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações de crédito	690.957	10.686	71.911	6.401
Obrigações por operações ativas vinculadas				
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(690.957)	-	(71.911)	(111)
Resultado líquido das operações vinculadas	-	10.686	-	6.290

Operações ativas vinculadas

	2014		2013	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Operações de crédito	7.074	422.239	261.644	690.957

9 | Carteira de câmbio

	2014		2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros créditos				
Câmbio comprado a liquidar	4.769.672	80.264	3.950.119	176.325
Direitos sobre venda de câmbio	4.064.051	68.886	2.799.916	145.142
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(830.880)	-	(80.334)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 8.a)	15.192	3.931	15.362	-
Outros	26	50	23	90
Total	8.018.061	153.131	6.685.386	321.557
Outras obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	4.221.743	81.728	2.866.189	166.627
Obrigações por compra de câmbio	4.510.136	68.886	3.776.524	145.142
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8.a)	(1.346.713)	-	(1.3	

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

23) Passivos contingentes e obrigações legais

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2014		2013 (2)	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para riscos fiscais (1)	149.561	95.303	133.368	101.460
Provisão para contingências trabalhistas (1)	183.905	181.163	149.193	147.288
Provisão para outros passivos contingentes - Cíveis (1)	12.175	264.766	18.041	236.696
Total	345.641	541.232	300.602	485.444

(2) Para melhor comparabilidade, devido a mudança no critério interno de segregação de curto e longo prazo, reclassificamos o exercício de 2013.

(1) Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, o Conglomerado tem constituído provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente, pelos seguintes casos:

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$98.565 (2013 - R\$94.320) - Trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009, aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente.

Fiscal - IRPJ - Compensação não homologada - R\$25.460 (2013 - R\$24.580) - Trata-se de despacho decisorio que homologou parcialmente compensações efetuadas pelo Banco. Devido à decisão que exonerou multa de ofício, houve reversão de provisão no primeiro semestre de 2014. Aguardando decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Fiscal - CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) - 2012 - R\$26.337 - Trata-se de processo onde requerimos equiparação da *Leasing* às demais instituições financeiras no tocante à incidência da CPMF. Após trânsito em julgado com decisão judicial favorável e baixa do débito junto a Receita Federal do Brasil - RFB, a entidade reverteu o valor de R\$26.515 no primeiro semestre de 2013.

Fiscal - PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$10.681 (2013 - R\$10.075) - Trata-se de processo onde se discute a dedução das despesas incorridas a título de prestação de serviços de corretagem para fins de apuração da base de cálculo do PIS e COFINS devidos a partir de 2003. Aguarda-se decisão de segunda instância.

Fiscal - PIS EC/17/97 - Anterioridade - R\$526 (2013 - R\$510) - Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 7/1970. Aguarda-se decisão de segunda instância.

Fiscal - Auto de infração PIS/COFINS - 2012 - R\$770 - Trata-se de processo administrativo cobrando PIS/COFINS por falta de comprovação do pagamento. Pagamento efetuado em dezembro de 2013.

Trabalhista - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$94.933 (2013 - R\$88.774) - Trata-se de Ação Ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações preteridas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão de primeira instância.

Cível - Ação Indenizatória - R\$86.910 (2013 - R\$86.910) - Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/1989. Acórdão de segunda instância favorável à Entidade.

Contingências classificadas como risco de perda possível
Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$4.324.624 (2013 - R\$963.321) e cíveis no montante de R\$483.464 (2013 - R\$411.226), compostos basicamente pelos seguintes casos:

CPMF em Operações de Clientes - R\$294.274 (2013 - R\$285.833) - Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com ações. Aguardando decisão judicial de primeira instância.

Planos econômicos - R\$397.315 (2013 - R\$295.466) - Trata-se de processos em que o cliente pleiteia o ressarcimento de eventuais perdas em decorrência de expurgos inflacionários. Aguarda-se decisão requerida em terceira instância pela autora.

PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$124.736 (2013 - R\$118.347) - Trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de segunda instância administrativa.

Desmutualização - BM&FBovespa e CETIP - R\$58.952 (2013 - R\$42.051) - Trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&FBovespa e CETIP em ações. Aguardam-se decisões de primeira e segunda instâncias.

Optou-se por desistir de processos administrativos relacionados à IRPJ e de CSLL sobre Desmutualização da CETIP nos termos da Lei nº 13.043/2014, mediante pagamento à vista, em 29 de novembro de 2014 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Para tanto houve constituição e utilização de provisão no montante de R\$485. Aguarda-se homologação da anistia que reduziu as contingências em R\$850.

Anistia Fiscal - Desmutualização - BM&FBovespa e Outras - A entidade optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei nº 13.043/2014 mediante pagamento à vista em 29 de novembro de 2014 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Seguem as discussões: IRPJ e de CSLL sobre Desmutualização da CETIP, Indedutibilidade das Perdas com Renda Variável e BTN Cambial. Para tanto houve constituição de provisão no montante de R\$1.215, utilização de R\$2.512 e reversão de R\$1.034. Aguarda-se homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$4.699.

Ações indenizatórias - R\$91.388 (2013 - R\$81.694) - Questionamento de negatização junto ao órgão de proteção ao crédito.

Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros - R\$175.517 (2013 - R\$26.889) - Autos de infração cobrando contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros dos empregados pagos de acordo com a Convenção Coletiva. Aguardam-se decisões administrativas.

ISS em operações de Leasing - R\$57.976 (2013 - R\$54.853) - Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir créditos tributários de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Após posicionamento favorável do superior Tribunal de Justiça, aguarda-se análise de recursos de municípios.

Ações revisionais - R\$53.414 (2013 - R\$34.065) - Questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato.

ISS Corretagem - R\$4.104 (2013 - R\$3.833) - Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BM&FBovespa. Aguarda-se julgamento de embargos à execução.

IRPJ/CSLL Responsabilidade Solidária - R\$3.197.149 - Trata-se de auto de infração cobrando IRPJ e CSLL de quotista de Fundo de Investimento em Participação administrado anteriormente pela Entidade. A Receita Federal incluiu a Entidade como responsável solidária no processo administrativo. Aguarda-se decisão de primeira instância.

IRPJ/CSLL sobre correção monetária de depósitos judiciais - R\$315.350 (2013 - R\$307.179) - Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguardando decisão judicial de primeira e segunda instância.

Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2013				Saldo em 31/12/2014			
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização
Cíveis	254.737	50.246	(27.057)	(23.861)	22.876	276.941		
Trabalhistas	296.481	265.999	(101.273)	(126.051)	29.912	365.068		
Fiscais	234.828	1.933	(1.034)	(4.065)	13.202	244.864		
Total	786.046	318.178	(129.364)	(153.977)	65.990	886.873		

	Saldo em 31/12/2012				Saldo em 31/12/2013			
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização
Cíveis	401.653	138.147	(164.370)	(67.594)	42.218	(95.317)	254.737	
Trabalhistas	256.620	306.231	(176.718)	(101.861)	28.049	(15.840)	296.481	
Fiscais	822.174	97.107	(39.843)	(494.606)	38.201	(188.205)	234.828	
Total	1.480.447	541.485	(380.931)	(664.061)	108.468	(299.362)	786.046	

24) Pagamentos baseados em ações

Em 29 de outubro de 2009, o Conglomerado fez uma concessão discricionária única de opções para empregados elegíveis em conformidade com o Programa de Concessão Ampla de Opções a Empregados do Citigroup (CEOG) no âmbito do Plano de Incentivos de Ações de 2009 do Citigroup, conforme aprovado pelos acionistas do Citigroup em 21 de abril de 2009. Em conformidade com o CEOG, o direito sobre as opções geralmente é adquirido igualmente ao longo de três anos; o prazo da opção corresponde a 6 anos a contar da data da concessão e as ações adquiridas no exercício não estão sujeitas à restrição de venda.

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 30 de junho de 2011 a Resolução nº 3.989, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2012, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10, que estabelece critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseados em ações.

a) Premissas de valor justo
As premissas utilizadas para avaliação das opções concedidas pelo Citigroup, são baseadas em um modelo binomial de avaliação. A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade histórica em opções negociadas do Citigroup e efetuando ajustes nos pontos em que sejam conhecidos os fatores que podem afetar a volatilidade futura. A premissa sobre a expectativa anual de cancelamento de opções por perda do prazo de exercício toma por base a experiência histórica do Citigroup. Além disso, certas ações recebidas através de exercícios de opção, bem como outros tipos de opções concedidas, estão sujeitas a restrições de venda. Os descontos foram aplicados ao valor justo das opções concedidas de modo a refletir tais restrições de venda.

b) Programa de recompensa em ações
O Conglomerado participa do programa CAP do Citigroup, nas quais as ações ordinárias do Citigroup são concedidas sob a forma de ações restritas aos empregados participantes. Para o programa, durante o período de carência aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas ou transferidas pelo empregado participante, que está sujeito ao cancelamento do programa, caso seu contrato de trabalho seja rescindido. Após as concessões adquiridas, as ações tornam-se transferíveis e podem ser vendidas pelo empregado participante.

As recompensas em ações concedidas geralmente são adquiridas à razão de 25% ao ano, ao longo de quatro anos. A despesa associada a recompensas em ações é lançada contra resultado durante o período de aquisição, como se cada parcela de recompensa fosse uma recompensa em separado com sua própria data de aquisição. O programa prevê que os empregados que alcançaram uma determinada idade mais os anos de serviço requeridos (empregados elegíveis a aposentadoria) podem encerrar o vínculo empregatício e continuar com a programação de concessão de suas ações. Para esses participantes, o lançamento dessas recompensas como despesa contra resultado é acelerado com base na data em que as exigências de elegibilidade para a aposentadoria são atendidas.

Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Conglomerado reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do SPAPA. De acordo com o *Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA, o Conglomerado efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de ações. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado do período.

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$118.051 (2013 - R\$79.365).

25) Patrimônio Líquido

a) Capital social
O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

b) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi constituída reserva legal no montante de R\$21.378 (2013 - R\$29.386).

c) Reserva estatutária
Consistiu sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Conglomerado e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Conglomerado, estando limitada a 10% do seu capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram utilizados de reserva estatutária o montante de R\$3(363.449) e constituído (2013 - R\$370.589), sendo, R\$1(145.146) (2013 - R\$333.530) de reserva para equalização de dividendos, e R\$2(18.303) (2013 - R\$37.059) de reserva para reforço de capital de giro.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Em 19 de dezembro de 2014, foram deliberados juros sobre capital próprio no montante de R\$451.000 e pagos ao Citibank Overseas Investment Corporation (COIC), o montante líquido de R\$136.000 com reservas para reforço de capital de giro, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

26) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre 2014		Exercícios 2013	
	2014	2014	2013	2013
Rendas de administração e estruturação de fundos de investimento (1)	97.822	186.192	200.474	-
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	23.417	49.951	65.791	-
Rendas de serviços de custódia	36.845	72.244	75.038	-
Rendas de corretagens de operações em bolsas	33.048	62.104	70.397	-
Rendas de serviços prestados	59.686	110.192	7.920	-
Rendas de utilização de serviços (2)	79.823	153.334	490.434	-
Rendas de comissões	-	-	167.389	-
Receitas com operações de cartões de crédito (3)	42.370	78.931	-	-
Receitas com administração de clientes estrangeiros	7.935	14.654	12.923	-
Rendas de assessoria econômico-financeira	15.775	27.129	27.871	-
Rendas de garantias prestadas	30.424	62.274	57.261	-
Outros serviços	30.394	65.028	127.705	-
Total	457.539	882.033	1.303.203	

Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade de cartão de crédito

Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica

Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física

Total (1) Trata-se de remuneração paga pelo administrador de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referente à distribuição de cotas.

(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.

(3) Trata-se, basicamente, de receitas de *interchange* da carteira cedida pelo Banco Citicard S.A. em dezembro de 2013.

27) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2014		Exercícios 2013	
	2014	2014	2013	2013
Despesas de aluguel	(31.810)	(64.665)	(70.644)	-
Despesas de comunicação	(31.416)	(65.475)	(190.942)	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	(17.137)	(34.572)	(35.736)	-
Despesas de promoções e relações públicas	(25.733)	(43.286)	(147.080)	-
Despesas de propagação e publicidade	(15.295)	(35.209)	(55.356)	-
Despesas de serviços do sistema financeiro	(18.270)	(83.714)	(120.922)	-
Despesas de serviços de terceiros	(187.270)	(333.191)	(539.270)	-
Despesas de serviços técnicos especializados	(60.494)	(110.125)	(199.615)	-
Despesas de processamento de dados	(113.370)	(170.682)	(169.559)	-
Despesas de viagens	(10.526)	(23.283)	(17.201)	-
Despesas de amortização e depreciação	(53.464)	(103.049)	(124.968)	-
Despesas de água, energia e gás	(4.862)	(9.737)	(10.249)	-
Despesas de material	(2.228)	(4.891)	(17.198)	-
Despesas de transporte	(2.342)	(5.106)	(6.708)	-
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(16.531)	(33.702)	(29.937)	-
Outras despesas administrativas (1)	(24.226)	(47.097)	(77.493)	-
Total	(638.472)	(1.167.784)	(1.812.878)	

(1) Inclui encargos, comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais e registro com operações de Finame.

28) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2014		Exercícios 2013	
	2014	2014	2013	2013
Receitas				
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	59.426	108.178	180.348	-
Reversão de provisão para contingências	94.803	128.172	414.131	-
Receitas com operações de cessão de crédito	31.471	33.316	124.008	-
Variação cambial - Obrigações por empréstimos e repasses (3)	17.822	209.968	10.773	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	19.439	36.763	29.885	-
Recuperação de encargos e despesas	6.086	12.428	14.358	-
Reversão de provisões operacionais	1.615	12.280	6.733	-
Atualizações e recuperação de impostos (5)	3.106	79.506	1.581	-
Receitas na remuneração com pagamento baseado em ações	-	2.778	3.136	-
Reversão de plano de assistência médica	-	-	11.365	-
Receitas com MTM de empréstimos de ações	60.161	60.292	48.249	-
Reversão de provisão para indenizações trabalhistas	31.348	51.896	-	-
Atualização de impostos a compensar	1.041	2.551	-	-
Outras receitas operacionais	13.311	20.543	30.375	-
Total	339.629	758.671	874.942	

Despesas

Atualização monetárias de contingências

Despesas com operações de cartões de crédito (2)

Despesas com provisões operacionais

Despesas com provisões para contingências

Despesas com administração de recursos

Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos

Despesas com fraudes por perdas ou roubo de cartões

Despesas com provisão de indenização trabalhista

Variação cambial - Ordem de pagamento ME (4)

Outras

Total

(1) Refere-se, substancialmente às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.

(2) Refere-se, substancialmente às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.

(3) Os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre obrigações por empréstimos e repasses, foram reclassificados para esta rubrica.

(4) Os saldos devedores apresentados por contas de resultado de natureza credora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre operações de crédito, empréstimos e repasses e ordem de pagamento em moeda estrangeira, foram reclassificados para esta rubrica.

(5) Refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$77.714, referente aos anos de 1989 a 1990 e 1990 a 1992, respectivamente, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

29) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2014					Conglomerado
	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

34) Provisão para reestruturação

O Citigroup está empreendendo uma série de ações globais com o objetivo de reduzir despesas e trazer mais eficiência para os seus negócios nos diversos segmentos em que atua. Entre as ações mencionadas está o plano de readequação da rede de distribuição do varejo no Brasil.

O plano divulgado possui o objetivo de manter uma base de custos menor, concentrando clientes e funcionários em agências mais bem localizadas e com melhor estrutura e capacidade de atendimento. Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi constituída provisão para os gastos com a reestruturação, no montante de R\$49.433. Estes gastos referem-se, basicamente, a multa de contrato de aluguel, indenizações a funcionários e baixa de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Segue a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Saldo em 31/12/2013	Reversão	Utilização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para reestruturação	5.040	(4.044)	-	996

35) Gerenciamento de risco de capital

Em atendimento a Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu a Política de Gerenciamento de Capital. A política, as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para Gerenciamento de Capital Global do Citigroup. A estrutura única de gerenciamento de capital do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil está fundamentada em três princípios: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

36) Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil mantém uma Estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma Estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa - CRC: 1SP191859/O-5

Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria externa;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 11 vezes no período de 1º de janeiro de 2014 à 23 de março de 2015, onde desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Administradores e à Diretoria do

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil (Conglomerado), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operational Risk Management, Compliance, Finance, Recursos Humanos e Jurídico: Estabelecem a segunda linha de defesa para aumentar a eficácia dos controles e a gestão de riscos operacionais por todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhoria em base contínua e oferece avaliação e apreciação independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por estabelecer, supervisionar e dar as devidas orientações relacionadas ao ambiente de controles dos negócios, conforme estabelecido pelo processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação das deficiências de controle agregadas e significativas da organização como um todo ao Comitê de Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário aos Auditores Independentes e órgãos reguladores.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Risco Operacional.

37) Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu em março de 2008 a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: a) limites; b) mensuração de riscos; c) modelos; d) avaliação de riscos nas carteiras de banking; e) apreçamento e marcação a mercado; e f) novas transações, atividades e operações complexas.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Risco de Mercado.

38) Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
 - Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
 - Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
 - Em atendimento a Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e Circulares nº 3.501/10 e nº 3.503/10, do Banco Central do Brasil, no período, o Comitê de Auditoria analisou:
- (i) os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank;

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

O detalhamento da estrutura de gerenciamento de risco de crédito está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

39) Gerenciamento de risco de liquidez

Em atendimento a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2013, o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil revisou e adequou sua política de Risco de Liquidez.

A gestão do Risco de Liquidez no Conglomerado Financeiro Citibank Brasil é de responsabilidade de *Corporate Treasury*. A política de Risco de Liquidez é única para todo o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias. Existe uma padronização de mensuração de risco de liquidez para que haja consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco. Os controles de liquidez são feitos em bases diárias e monitorados pela área de *Corporate Treasury* e Risco de Mercado.

Anualmente, o plano de liquidez é elaborado e suas diretrizes são monitoradas ao longo do período e reportadas diariamente. O Risco de Liquidez é monitorado através do cálculo de vários índices e limites estabelecidos na Política de Risco de Liquidez do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil. Como parte do plano anual, os limites de liquidez, índices de liquidez e premissas de cenários de *stress* são revisados e aprovados pelo Comitê. Simulações de cenários de *stress* são feitas e revisadas pelo Comitê de Ativos e Passivos - ALCO. Os cenários de *stress* incluem mudanças significativas nas principais fontes de financiamento, *ratings* de crédito e uso contingente de financiamentos. O resultado desses testes de *stress* é uma série de alternativas que podem ser usadas caso um evento de liquidez venha a ocorrer.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

- os relatórios do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria; e
- relatórios preparados pelos auditores internos e externos a respeito da adequação da estrutura de Ouvidoria. Constatou que a estrutura de Ouvidoria está compatível com a natureza e complexidade dos seus produtos e serviços.

Em sessão realizada em 23 de março de 2015, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, (ii) dos assuntos de destaque do exercício, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 23 de março de 2015
Comitê de Auditoria

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-0

Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC 1MG077045/O-0 T SP

